



## **REUNIÃO MPOG – 13/03/08**

Presentes, pelo governo Nelson, Nina, Maria Lúcia, Getúlio, uma rápida intervenção de Sandra que é a responsável pela construção da tabela salarial, e as entidades ANDES-SN, SINASEFE, CONEAF, PROIFES e CUT.

Com 40 minutos de atraso, a reunião foi aberta por Nelson fazendo um relato sobre a reunião acontecida à tarde entre as entidades que assinaram o Termo de Acordo e alguns ministros. São 11 carreiras que atingem 850 mil servidores contempladas em Medida Provisória - MP a ser enviada nesta semana.

Na página eletrônica do MPOG estão informações, algumas erradas, que deverão ser corrigidas ainda hoje. Todas as entidades que estão negociando com o MPOG receberão documento divulgando estas ações.

Na próxima semana terá uma nova MP que incluirá as negociações que forem finalizadas até 5ª feira. As demais serão encaminhadas nos próximos meses, não sendo considerada, pelo governo, a possibilidade de pagamentos retroativos (aqui a 1ª de várias ameaças feitas durante a reunião).

O PROIFES se diz feliz com o processo de negociação e cumprimenta o governo pela forma como vem conduzindo o processo.

A seguir Nelson responde as perguntas que as 4 entidades, ANDES, CONEAF, CONCEFET e SINASEFE enviaram dia 28 de fevereiro e mais outras apresentadas no momento:

1 – a GEAD terá um valor fixo, não dependendo mais de do desempenho do professor/a,

2 – Os prof./as atualmente na classe especial **não** poderão ser enquadrados em titular, por ser este um cargo e não uma classe. Será criada uma classe que poderá ter o nome de D5, S ou especial com os mesmos valores atribuídos à classe titular que se encontra na tabela entregue pelo governo às entidades. Será criado o cargo de titular para os prof./as doutores que, mediante concurso público, queiram a ela ascender. Os valores da classe D5 (?) de doutor será o mesmo do cargo de titular, isto é, teremos uma classe e um cargo com o mesmo valor remuneratório.

3 – não havendo mudança de cargo, não haverá implicações previdenciárias, o que não convenceu os/as presentes,

4 – quanto à formatação dos novos concursos para atender a área de atuação dos novos prof./as, cada edital de concurso dará conta desta questão,

5 – não identificaram nenhum caso de perda salarial,

6 - quanto aos prof./as lotados nos Colégios Militares, estes receberão tratamento similar ao que está sendo dispensado ao conjunto da carreira e os prof./as dos ex-territórios, poderão ter tratamento diferenciado. Nenhum dos dois grupos está



# SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Fundado em 11 /11/ 1988 – CGC 03.658.820/0001-63

Filiado à **CONLUTAS e CEA**

incluído na carreira que está sendo negociada. A seguir perguntou se o Colégio Pedro II pertence ao MEC.

7 – quanto à legalidade do enquadramento dos prof./as das classes A e B para a classe D1, nível 1 ficaram de dar uma resposta mais tarde, bem como explicar o termo usado na última reunião de “aceleração de progressão”.

Novas perguntas foram feitas:

1 – as tabelas enviadas pelo governo apresentam várias situações onde a diferença em relação à tabela do 3º grau é superior aos 10% acordados.

Resp. – as correções estão sendo feitas e as diferenças serão de 10% em 2008, 5% em 2009 e 0% em 2010,

2 – ao incorporar a GAE e a VPI ao salário do graduado/a, DE, há uma perda de R\$211,00. Qual é a composição da remuneração nova, quantas linhas terão no contra cheque? Observamos que a “robustez” do VB de 2008 perde-se em 2009 e 2010 quando a relação entre VB e remuneração será de 34% contra os 35% atuais.

Resp. – a incorporação não é feita sobre a remuneração atual. Esta deve ser feita por dentro da carreira e de acordo com a Lei atual: a incorporação é feita sobre o vencimento básico – VB do graduado de 20 horas, sem a complementação do salário mínimo. O valor encontrado serve de referência para o VB de 40 horas e para o VB de DE. Ninguém terá necessidade de complementação salarial e ninguém terá remuneração inferior à atual. Quando possível, serão mantidos os steps entre níveis e entre as classes. Na preocupação de igualar os valores das tabelas, pode acontecer da GEAD do 1º e 2º graus ser maior do que a gratificação do 3º grau.

3 – Para o 3º grau a incorporação da GAE dar-se-á em 2010, para o 1º e 2º graus acontecerá o mesmo?

Resp. se a tabela for implementada a partir de março, conforme uma das demandas apresentadas, a incorporação da GAE deverá ocorrer em 2009. Se esta for a partir de julho, poderá ter a incorporação da GAE ainda este ano.

4 – se existe um Termo de Adesão Individual está caracterizada a existência de uma carreira nova. Que garantia teremos de que na hora de pedir a aposentadoria não surjam implicações previdenciárias ?

Resp. – este receio tiveram na primeira carreira a ser negociada, quando “arriscaram” esta solução. Entretanto, há 6 anos o governo trabalha desta maneira e não houve nenhum problema até então.

5 – o CONEAF não tem recebido convocatórias das reuniões, embora estejam sempre presentes. São cobrados quanto a estes deslocamentos sem justificativa. Cobrou a Portaria que o governo se comprometeu a fazer desde o início desta negociação, que também é do interesse dos demais integrantes da mesa. Relatou que são inúmeros os pedidos de informações sobre esta mesa. Os prof./as estão muito apreensivos quanto a situação dos/as que se encontram na classe E, nível 4, quanto a isonomia de vencimentos entre a classe especial e o titular e como ficarão aqueles/as



## SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Fundado em 11 /11/ 1988 – CGC 03.658.820/0001-63

Filiado à **CONLUTAS e CEA**

que estão próximos à aposentadoria. Quanto a esta última preocupação, em conversa informal com Nelson, ouviu que este problema deve ser resolvido pelos gestores, o que não concorda. Pretendem que haja uma solução dada pelo governo na carreira.

Resp. – o governo apresenta desculpas e se compromete a estabelecer a comunicação adequada com o Conselho.

6 – como ficará a aposentadoria especial?

Resp. – ninguém está mexendo em aposentadoria. O que está na legislação, incluindo a LDB, permanece.

7 – como fica o salário dos prof./as substitutos?

Resp. – conforme regulamenta a Lei atual, o PUCRCE, sem GEAD e sem incentivo de titulação.

O governo afirma que quer resolver hoje este assunto. As entidades terão meia hora para fazer todas as perguntas que entendam pertinentes e o governo deverá respondê-las até a madrugada.

Uma hora após a reunião recomeça com a declaração das entidades de que estão desde agosto, quando iniciou a negociação do 3º grau, insistindo para discutir o 1º e 2º graus junto. Lembrou que após 5 de dezembro por mais de uma vez o governo mudou data de reunião e não enviou as informações solicitadas. Dada a pobreza do último material enviado, não há condições de fazer novos questionamentos. Sendo assim, solicita:

1 – que os negociadores sejam mantidos, pois a cada 1 ou 2 reuniões aparecem novos interlocutores que assumem não estarem preparados/as, no momento, para responder a todas as questões formulada,

2 – que as proposta e respostas sejam dadas por escrito,

Nelson afirma que deverá ser construído um cronograma de trabalho, pois “sente que os sindicatos querem enrolar o processo negocial. Faremos reuniões para que na próxima semana possamos terminar o trabalho. Se não tiverem competência para isto voltaremos a conversar”. O processo negocial envolve os sindicatos mas a construção do instrumento legal não será uma co-autoria. O governo é que fará, pois “governo governa e sindicato syndicateia. Podem pedir o tempo que quiserem, só que deve ser por escrito para que o governo informe aos servidores/as que os sindicatos é que precisam de mais tempo.

Os sindicatos afirmam que para ter um posicionamento mais claro precisa conhecer o conjunto da proposta. Quer o cumprimento do Termo de Compromisso, que na cláusula terceira, diz que a partir de março será criado um GT para discutir a reestruturação da carreira. Quer responsabilidade, “achar que é enrolação é problema



## SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

Fundado em 11 /11/ 1988 – CGC 03.658.820/0001-63

Filiado à **CONLUTAS e CEA**

de quem acha”. Quertrabalhar com zelo e cuidado, pois esta carreira muda a vida de muitas pessoas

O governo se retira por 10 minutos para dar uma resposta.

Na volta declara: considerando o Termo de Compromisso e os prazos pretendidos, teremos mais três reuniões:

- dia 16, domingo, às 15 horas o governo apresentará a proposta completa. Na segunda feira enviará esta proposta a toda a rede,

- dia 18, terças feira, as 16 horas, as entidades apresentarão suas dúvidas e propostas de alteração da mesma,

- dia 20, quinta feira às 16 horas fecharemos a negociação.

O SINASEFE solicita que este material seja enviado na noite de sábado ou no domingo pela manhã, uma vez que nos dias 15 e 16 estará realizando Plena cuja pauta tem a discussão da proposta que o governo ficou de apresentar na reunião do dia 12/03, que foi transferida para hoje. O governo diz não se comprometer com esta demanda, mas fará o possível para atendê-la. Adianta que a proposta será para ser implementada no mês de março sem a incorporação da GAE.